



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00007021/2022e

Processo n.º: 00600-00007021/2022-00-e

Origem: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF

Assunto: Licitação

Ementa: Pregão Eletrônico por SRP n.º 16/2022, deflagrado pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, tendo por objeto o registro de preço para aquisição de espargidores de solução lacrimogênea. Valor estimado: R\$ 10.004.900,00. Abertura do certame agendada para o dia 08.07.2022, às 8h30min. Análise inicial. Decisão n.º 2.637/2022: conhecimento do edital do Pregão Eletrônico n.º 16/2022 – PMDF, determinação à PMDF para que, com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 c/c o art. 277 do RI/TCDF, suspenda o Pregão Eletrônico n.º 16/2022, para que inclua no Edital cota reservada destinada às entidades preferenciais de até 25% do objeto, conforme disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar n.º 123/2006, c/c art. 26 da Lei Distrital n.º 4.611/2011 e no art. 8º do Decreto Distrital n.º 35.592/2014, em harmonia com o reiterado entendimento manifestado por esta Corte de Contas, como no Despacho Singular n.º 331/2018 – GCIM, ratificado pela Decisão n.º 3.172/2018, e no Despacho Singular n.º 353/2019 – GCIM, ratificado pela Decisão n.º 2.221/2019; emissão de alerta à jurisdicionada de que, caso entenda por manter o texto original do Edital, mantenha suspenso o certame até ulterior deliberação desta Corte e apresente justificativas a este Tribunal, para análise devida; autorize a continuidade do Pregão Eletrônico n.º 16/2022, após o cumprimento integral da medida determinada no item II precedente, reabrindo o prazo inicialmente previsto nos termos do art. 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/1993, encaminhando cópia comprobatória ao Tribunal, no prazo de 5 dias, a contar da publicação do aviso da reabertura do certame; envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à PMDF, a fim de subsidiar o atendimento das diligências anteriores; e retorno dos autos à Sespe/TCDF. Encaminhamento de informações. **Nesta fase:** análise de cumprimento de diligência. Unidade instrutiva propõe: tomar conhecimento da documentação acostada aos autos; considerar saneada a medida determinada no item II da Decisão n.º 2.637/2022; alertar à PMDF para que, doravante, inclua no edital cota reservada destinada às entidades preferenciais de até 25% do objeto, ainda que para aquisição de instrumentos de menor potencial ofensivo e agentes químicos, ressaltando a possibilidade de que os itens da cota reservada, no caso de não haver vencedores, sejam destinados à ampla concorrência, a fim de que o lote não seja dado como deserto; e autorizar (a) a continuidade do Pregão Eletrônico por SRP n.º 16/2022 – PMDF, (b) o envio de cópia do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à PMDF e ao Pregoeiro responsável pelo certame e (c) o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para fins de arquivamento. MPJTCDF aquiesce às sugestões. VOTO convergente com os órgãos instrutivo e ministerial, com ajuste redacional (considerar prejudicada a diligência constante do item II da Decisão n.º 2.637/2022).

Fundamento legal para não inclusão em pauta: art. 116, § 5º, incisos II e V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00007021/2022e

RELATÓRIO

Tratam os autos da análise do edital do Pregão Eletrônico por SRP n.º 16/2022, deflagrado pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, tendo por objeto o registro de preço para aquisição de espargidores de solução lacrimogênea (e-DOC 58110A3E-e).

A abertura do certame estava agendada para o dia 08.07.2022, às 8h30min. O valor total do certame foi estimado em R\$ 10.004.900,00 (distribuído em 3 lotes). O critério de julgamento é o menor preço por lote.

Na Sessão Ordinária n.º 5.305, de 06.07.2022, esta Corte de Contas exarou a **Decisão n.º 2.637/2022** (e-DOC 5CD76693-e), com o seguinte teor:

“I. tomar conhecimento: a) do Edital do Pregão Eletrônico n.º 16/2022 – PMDF (e-DOC 58110A3E-e); b) do e-mail contendo “link” de acesso ao Processo SEI n.º 00054-00021350/2022-34 (e-DOC 54E63110-e) e da cópia daqueles autos (e-DOC 3ADDB319-e); c) da Informação n.º 180/2022 – DIFLI (e-DOC 8D50FC18-e) e da Lista de Verificação (“check-list”) do PE 16/2022 – PMDF (e-DOC D5560A1C-e); II. determinar à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, c/c o art. 277, “caput”, do RI/TCDF, que suspenda o Pregão Eletrônico n.º 16/2022, para que inclua no edital cota reservada destinada às entidades preferenciais de até 25% do objeto, inserindo a possibilidade de os itens da cota reservada, no caso de não haver vencedores, serem destinados à ampla concorrência, conforme disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o art. 26 da Lei Distrital nº 4.611/2011 e no art. 8º do Decreto Distrital nº 35.592/2014, e em harmonia com o reiterado entendimento manifestado por esta Corte de Contas, conforme Despacho Singular nº 331/2018 – GCIM, ratificado pela Decisão nº 3.172/2018, e Despacho Singular nº 353/2019 – GCIM, ratificado pela Decisão nº 2.221/2019; III. alertar a Jurisdicionada de que, caso entenda por não alterar o texto original do Edital, deverá manter suspenso cautelarmente o certame, até ulterior deliberação desta Corte, e apresentar justificativas a este Tribunal, para a devida análise; IV. autorizar: a) a continuidade do Pregão Eletrônico nº 16/2022 – PMDF, condicionada ao cumprimento integral da medida determinada no item II anterior e à reabertura do prazo inicialmente previsto, nos termos do art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, devendo encaminhar cópia comprobatória ao Tribunal, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação do aviso da reabertura do certame; b) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à PMDF, a fim de subsidiar o atendimento das diligências constantes dos itens II e “IV-a” anteriores; c) o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para os devidos fins.” (grifos nossos)

Em atendimento, a Corporação encaminhou o Ofício n.º 142/2022 - PMDF/DLF/SPL e documentos anexos (e-DOCs 93A3B90A-e e 8DAFED52-e).

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A unidade instrutiva, mediante a Informação n.º 220/2022 – DIFLI (e-DOC FD5C5689-e), examinou o cumprimento da diligência constante do item II da Decisão n.º 2.637/2022, nestes termos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00007021/2022e

“3. Preliminarmente, cabe ressaltar que o ofício dando ciência da Decisão nº 2.637/2022 (e-doc 1F2FF49B-c, Peça 15) à PMDF foi recebido às 13:00 horas do dia 08/07/2022 (e-doc E2DF109F-e, Peça 15), sendo que a abertura das propostas do PE 16/2022 estava prevista para às 08:00 do mesmo dia. Dessa forma, o certame foi suspenso após a conclusão da fase competitiva.

4. Em atenção, a PMDF, por meio do Ofício Nº 142/2022 - PMDF/DLF/SPL (fl. 4, e-doc 93A3B90A-e, Peça 17), informou ao Tribunal que: “Com o objetivo de atender a determinação contida na Decisão nº 2637/2022 do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, exarado em 06/07/2022, acerca do Pregão Eletrônico - PE nº 16/2022, proferida no bojo do Processo nº 00600-00007021/2022-00-e, apresento a V. S^a. a devida justificativa acerca do item III da Decisão, mediante a documentação comprobatória acostada (docs. 91580003), portanto, remeto para análise pela Egrégia Corte de Contas, a fim de deliberação favorável e levantamento da suspensão do certame.”.

5. Nesse sentido, no Processo Nº 00054-00021350/2022-34 (fls. 6 a 8, e-doc 93A3B90A-e, Peça 17), a área técnica da Corporação expôs suas justificativas, nos termos que passaremos a analisar.

I – Análise da Manifestação da PMDF

6. No que se refere ao item II da Decisão nº 2.637/2022 (fl. 6 a 8, e-doc 93A3B90A-e, Peça 18), a PMDF explica que instruiu um processo de aquisição de instrumentos de menor potencial ofensivo e agentes químicos, entre os anos de 2018 e 2019, que culminaram no Pregão Eletrônico nº 32/2019 para registro de preços. Todavia, houve suspensão pela Corte de Contas do Distrito Federal devido à ausência de cota reservada para ME e EPP. Ao final ficou decidida a abertura de cotas exclusivas para ME e EPP para as granadas de emissão fumígenas (IMPO), sendo que todos os itens destinados à cota exclusiva foram considerados desertos por ausência de proposta. Isso ocorre porque as ME e EPP's não fabricam os itens e tentam comprar de outras empresas para concorrer na licitação, resultando em preços altos ou impossibilidade de fornecimento.

7. Nesse sentido, a jurisdicionada alega que, no sentir dela, a abertura de cota preferencial no presente Pregão acarretará o mesmo resultado. Alegam, ainda, que tal afirmação tem como arrimo o atual cenário no mercado nacional de fornecedores de espargidores de solução lacrimogênea à base de Capsaicina Natural e de Ortoclorobenzalmolonoitrila, no qual temos até a presente data, somente duas empresas que comercializam os referidos produtos e ambas não se enquadram como ME ou EPP.

8. Ademais, a PMDF expõe que em consulta à situação cadastral das empresas que participaram do atual Pregão nº 16/2022, verificou-se que as licitantes RJC Defesa e Aeroespacial e a Condor S/A, são empresas de grande porte. Somente essas duas empresas participaram da licitação e não houve impugnações por parte de outros possíveis licitantes no intuito de participarem na condição de empresas de cota preferencial, tendo em vista, em tese, não possuírem condições e qualificações para tal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00007021/2022e

9. Dessa forma, a PMDF argumenta que não foi possível identificar, no mínimo, três fornecedores competitivos enquadrados como ME e/ou EPP capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório que a PMDF publicou, tendo amparo no art. 49, II, da Lei Complementar nº 123/06, bem como já houve a realização do pregão e a próxima fase seria a avaliação de amostras. Assim a republicação do Edital traria transtorno à Corporação com a possível e factível não alteração do resultado, retardando o processo e onerando os cofres públicos.

10. Diante do exposto, e excepcionalmente, tendo sido realizada com êxito a etapa competitiva do certame, bem como a inexistência de impugnações por parte de outros possíveis licitantes no intuito de participarem na condição de empresas de cota preferencial, entendemos que a ausência de lote apartado destinado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não comprometeu a competitividade do certame. Ademais, seria improvável que tal medida alterasse o resultado do certame, uma vez que, caso o lote preferencial não recebesse propostas, seria destinado à ampla concorrência.

11. Por fim, iremos sugerir que, em licitações futuras, ainda que para aquisição de instrumentos de menor potencial ofensivo e agentes químicos, a PMDF inclua no edital cota reservada destinada às entidades preferenciais de até 25% do objeto, ressaltando a possibilidade de que os itens da cota reservada, no caso de não haver vencedores, sejam destinados à ampla concorrência, a fim de que o lote não seja dado como deserto, nos termos da Decisão nº 2.637/2022.

12. Esgotadas as ações de Controle Externo a cargo desta Unidade Instrutiva, iremos sugerir o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.” (grifos do original)

Ante o exposto, sugeriu-se ao eg. Plenário que:

- I. tome conhecimento do Ofício Nº 142/2022 - PMDF/DLF/SPL (fl. 4, e-doc 93A3B90A-e, Peça 17) e dos documentos anexos (e-doc 605DBE7F-e, Peça 18) em atenção à Decisão nº 2.637/2022;
- II. considere saneada a medida determinada no item II da Decisão nº 2.637/2022, conforme justificativa noticiada pelo Jurisdicionado;
- III. alerte a PMDF para que, doravante, inclua no edital cota reservada destinada às entidades preferenciais de até 25% do objeto, ainda que para aquisição de instrumentos de menor potencial ofensivo e agentes químicos, ressaltando a possibilidade de que os itens da cota reservada, no caso de não haver vencedores, sejam destinados à ampla concorrência, a fim de que o lote não seja dado como deserto;
- IV. autorize:
 - a) a continuidade do Pregão Eletrônico por SRP nº 16/2022 – PMDF;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00007021/2022e

- b) o envio de cópia do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à PMDF e ao Pregoeiro responsável pelo certame;
- c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada – SESPE para arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.”

As sugestões formuladas mereceram a concordância do Diretor-Substituto da Divisão de Fiscalização de Licitações – Difli/TCDF e do titular da Secretaria de Fiscalização Especializada – Sespe/TCDF (e-DOCs FD5C5689-e e 594353F0-e, respectivamente).

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF, por meio do Parecer n.º 681/2022-G1P/DA (e-DOC 2498BB99-e), após contextualizar o feito, manifestou-se de forma convergente com o corpo instrutivo, assim:

“13. Constatou a Unidade Técnica, no âmbito da Informação 180/2022 – DIFLI, que a PMDF, ao elaborar o edital, “não contemplou a adoção de cotas preferenciais destinadas a microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), conforme determina o Decreto Distrital nº 35.592/2014, regulamentado pela Lei Distrital nº 4.611/2011 (art. 26), cujo art. 8º1 previu o estabelecimento de cota de até 25% para as entidades preferenciais nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.”.

14. Em razão disso, naquela oportunidade, concluiu que a falha em questão impedia o prosseguimento do feito. Em razão disso, o Plenário, em sua deliberação antecedente, determinou **suspensão do Pregão Eletrônico n.º 16/2022**, para que fosse incluído no edital cota reservada destinada às entidades preferenciais de até 25% do objeto, inserindo a possibilidade de os itens da cota reservada, no caso de não haver vencedores, serem destinados à ampla concorrência.

15. O cerne da justificativa apresentada pela PMDF foi de que, no atual cenário mercadológico, ME e EPP's não fabricam os itens e tentam comprar de outras empresas para concorrer na licitação, resultando em preços altos ou impossibilidade de fornecimento. Assim, entendeu que a abertura de cota preferencial no presente Pregão teria o mesmo resultado.

16. A esse respeito, veja-se o que prescreve a LC 123/2006:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00007021/2022e

microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

(...)

Art. 49. Não se aplica o disposto nos [arts. 47 e 48 desta Lei Complementar](#) quando: [\(Vide Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

I - [\(Revogado\)](#); [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Produção de efeito\)](#)

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

17. *Observa-se que a LC 123/2006 buscou dar efetividade os artigos 170, IX e 179 da CF, que estabeleceu tratamento diferenciado às microempresas e empresa de pequeno porte, promovendo incentivo por intermédio da execução das despesas públicas.*

18. *Pois bem, apesar da conclusão da corporação militar ter indicativos de veracidade – vez que, de fato, não participaram da disputa pequenas ou microempresas – não poderia a PMDF, de forma deliberada, ter se escusado do cumprimento dos termos da LC 123/2006.*

19. *Percebe-se que a legislação, a despeito de conceder tratamento privilegiado às microempresas e empresas de pequeno porte, em seu art. 49, afasta a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando não houver um mínimo de três fornecedores competitivos, enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados local ou regionalmente, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.*

20. *Nesse sentido, o constatado pelo Corpo Técnico de que “houve o interesse de empresa classificada como ME/EPP na participação do Pregão nº 18/2018, que ocorreu em 03/01/2019”, a princípio, afasta a aplicação do mencionado artigo 49, cerne da fundamentação da PMDF.*

21. *Na mesma trilha, em consulta ao Portal de Compras do Governo Federal, constatou este representante ministerial que, entre 2020 e 2022, o fornecimento de espargidores defensivos ocorreu, na maioria das vezes, por meio de empresas que não se enquadravam como microempresas ou empresas de pequeno porte, a saber:*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00007021/2022e

- a) SARP - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA – Pregão 21/2020 – Comando do Exército (UASG 160383)
- b) SARP - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA – pregão 3/2020- Comando do Exército (UASG 160384);
- c) CONDOR S/A INDUSTRIA QUIMICA – Pregão 21/2020 – MMA IBAMA (UASG 193099);

22. *Todavia, no âmbito do Pregão 12/2021, também realizado pelo Batalhão de Infantaria Motorizado do Rio Grande do Sul (UAS 160379), observa-se que **se sagrou vencedora a microempresa CENTAURO ARTIGOS MILITARES EIRELI.***

23. *Portanto, não poderia a jurisdicionada, sem maiores diligências, ter presumido que não existiriam microempresas ou empresas de pequeno porte interessadas para, desse modo, afastar a aplicação da lei.*

24. *Assim, quando da abertura do certame deveria ter efetuado tal previsão no edital, notadamente porque a eventual não participação de microempresas e empresas de pequeno porte na disputa não traria prejuízo algum ao erário, prevendo a destinação à ampla concorrência dos itens da cota reservada, caso não houvesse vencedores, conforme disposto no art. 8º, § 4º, do Decreto Distrital nº 35.592/2014.*

25. *Todavia, tendo em consideração que fase competitiva do pregão decorreu normalmente e não foram apresentadas impugnações por parte de outras possíveis microempresas interessadas, é possível concluir que a ausência da previsão em edital de cota às entidades preferenciais, na espécie, **não frustrou o caráter competitivo do certame.***

26. *Assim, acompanho a proposta da Unidade Técnica (Informação 220/2022 – DIFLI, peça 19) no sentido de que o Tribunal autorize a continuidade do certame, alertando a jurisdicionada que, doravante, “inclua no edital cota reservada destinada às entidades preferenciais de até 25% do objeto, ainda que para aquisição de instrumentos de menor potencial ofensivo e agentes químicos, ressaltando a possibilidade de que os itens da cota reservada, no caso de não haver vencedores, sejam destinados à ampla concorrência, a fim de que o lote não seja dado como deserto”. (destaques não acrescidos)*

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00007021/2022e

VOTO

Preliminarmente, registro que os presentes autos retornaram ao meu gabinete às 16h44min do dia 08.08.2022 (segunda-feira passada).

A presente fase processual trata do **exame do cumprimento da diligência constante do item II da Decisão n.º 2.637/2022**, de seguinte teor:

*“II. determinar à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, c/c o art. 277, “caput”, do RI/TCDF, que **suspenda o Pregão Eletrônico n.º 16/2022, para que inclua no edital cota reservada destinada às entidades preferenciais de até 25% do objeto, inserindo a possibilidade de os itens da cota reservada, no caso de não haver vencedores, serem destinados à ampla concorrência**, conforme disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o art. 26 da Lei Distrital nº 4.611/2011 e no art. 8º do Decreto Distrital nº 35.592/2014, e em harmonia com o reiterado entendimento manifestado por esta Corte de Contas, conforme Despacho Singular nº 331/2018 – GCIM, ratificado pela Decisão nº 3.172/2018, e Despacho Singular nº 353/2019 – GCIM, ratificado pela Decisão nº 2.221/2019;” (grifei)*

Em atendimento, a PMDF encaminhou a documentação constante dos e-DOCs 93A3B90A-e e 8DAFED52-e.

Nesta oportunidade, a unidade instrutiva propõe ao Tribunal: tomar conhecimento da documentação acostada aos autos; considerar saneada a medida determinada no item II da Decisão n.º 2.637/2022; alertar à PMDF para que, doravante, inclua no edital cota reservada destinada às entidades preferenciais de até 25% do objeto, ainda que para aquisição de instrumentos de menor potencial ofensivo e agentes químicos, ressaltando a possibilidade de que os itens da cota reservada, no caso de não haver vencedores, sejam destinados à ampla concorrência, a fim de que o lote não seja dado como deserto; e autorizar (a) a continuidade do Pregão Eletrônico por SRP n.º 16/2022 – PMDF, (b) o envio de cópia do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à PMDF e ao Pregoeiro responsável pelo certame e (c) o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para fins de arquivamento.

O MPJTCDF aquiesce às sugestões.

Ao compulsar os autos, tenho que o encaminhamento proposto pelos órgãos instrutivo e ministerial merece acolhida pelo Plenário desta Corte de Contas, com pequeno ajuste redacional; motivo pelo qual adoto, como razão de decidir, os fundamentos constantes da Informação n.º 220/2022 – DIFLI e do Parecer n.º 681/2022-G1P/DA.

Inicialmente, cabe ressaltar a impossibilidade de a PMDF dar integral cumprimento à diligência constante do item II da Decisão n.º 2.637/2022, uma vez que

“o ofício dando ciência da Decisão nº 2.637/2022 (e-doc 1F2FF49B-c, Peça 15) à PMDF foi recebido às 13:00 horas do dia 08/07/2022 (e-doc E2DF109F-e, Peça 15), sendo que a abertura das propostas do PE 16/2022 estava prevista para às 08:00 do mesmo dia”.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00007021/2022e

Em razão disso, o PE 12/2022-PMDF somente *“foi suspenso após a conclusão da fase competitiva”*.

Ante a impossibilidade de a PMDF incluir no edital do PE 12/2022, previamente à abertura do pregão, *“cota reservada destinada às entidades preferenciais de até 25% do objeto”*, a jurisdicionada tentar justificar a regularidade do certame e o prosseguimento da contratação.

No caso em comento, entendo que as justificativas apresentadas pela Corporação podem ser consideradas suficientes para **autorizar a continuidade do Pregão Eletrônico n.º 16/2022**; notadamente, tendo em conta que a *“fase competitiva do pregão decorreu normalmente e não foram apresentadas impugnações por parte de outras possíveis microempresas interessadas”*. Inclusive, pode-se afirmar que *“a ausência da previsão em edital de cota às entidades preferenciais, na espécie, não frustrou o caráter competitivo do certame”*.

Em reforço às considerações lançadas pela Sespe/TCDF e pelo *Parquet* especial, destaco que o melhor lance obtido para cada um dos lotes do PE 12/2022-PMDF poderá culminar em uma redução superior a 50% no valor total estimado da aludida licitação, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (g)	VALOR ESTIMADO		MELHOR LANCE*		REDUÇÃO	
			UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	(R\$)	(%)
1	Espargidor de solução lacrimogênea pimenta (OC) para emprego individual (75g a 125g) com coldre	2.500.000	1,74	4.350.000,00	0,85	2.125.000,00	2.225.000,00	51,1%
2	Espargidor de solução lacrimogênea pimenta (OC) para emprego coletivo (350g a 450g) com coldre	5900000	0,94	5.546.000,00	0,46	2.714.000,00	2.832.000,00	51,1%
3	Espargidor de solução lacrimogênea ortoclorobenzalmolônitrilo (CS) para emprego coletivo (350g a 450g) com coldre	90000	1,21	108.900,00	1,21	108.900,00	0,00	0,0%
			10.004.900,00		4.947.900,00		5.057.000,00	50,5%

* Todos os melhores lances foram ofertados pela licitante CONDOR S/A INDUSTRIA QUIMICA

Assim, excepcionalmente, não há que se cogitar o retorno do certame à sua fase inicial, a fim de dar cumprimento ao art. 48, inciso III, da Lei Complementar n.º 123/2006, c/c o art. 26 da Lei Distrital n.º 4.611/2011 e no art. 8º do Decreto Distrital n.º 35.592/2014.

Nesse sentido, tendo em conta as justificativas apresentadas pela Corporação, entendo que o Tribunal deve considerar **“prejudicada”** a diligência constante do item II da Decisão n.º 2.637/2022, em vez de considerá-la “saneada”, como sugerem a Sespe/TCDF e o *Parquet* especial.

Nada obstante, tenho por prudente e necessário o **alerta** proposto pelos órgãos instrutivo e ministerial, para que a Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, doravante, *“inclua no edital cota reservada destinada às entidades preferenciais de até 25% do objeto, ainda que para aquisição de instrumentos de menor potencial ofensivo e agentes químicos, ressaltando a possibilidade de os itens da cota reservada, no caso de não haver vencedores, serem destinados à ampla concorrência, a fim de que o lote não seja dado como deserto”*, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Distrital n.º 4.611/2011 c/c o art. 8º, § 4º, do Decreto Distrital n.º 35.592/2014 e em harmonia com o entendimento¹ desta Corte de Contas.

¹ O Plenário desta Corte de Contas já teve a oportunidade de se manifestar acerca dessa matéria no bojo dos Processos n.ºs 18.981/2018-e e 38.389/2018-e, mediante as Decisões n.ºs 3.172/2018 e 2.221/2019, que ratificaram os Despachos Singulares n.º 331/2018 – GCIM e 353/2019 – GCIM, respectivamente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00007021/2022e

Por fim, cabe autorizar o envio de cópia deste Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à PMDF e ao Pregoeiro responsável pelo certame, bem como o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

Ante o exposto, em harmonia com os órgãos instrutivo e ministerial, com o ajuste redacional que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento:
 - a) do Ofício n.º 142/2022 - PMDF/DLF/SPL e documentos anexos (e-DOCs 93A3B90A-e 8DAFED52-e);
 - b) da Informação n.º 220/2022 – DIFLI (e-DOC FD5C5689-e);
 - c) do Parecer n.º 681/2022-G1P/DA (e-DOC 2498BB99-e);
- II. considere prejudicada a diligência constante do item II da Decisão n.º 2.637/2022, tendo em conta as justificativas apresentadas pela Polícia Militar do Distrito Federal;
- III. alerte a PMDF que, doravante, inclua no edital cota reservada destinada às entidades preferenciais de até 25% do objeto, ainda que para aquisição de instrumentos de menor potencial ofensivo e agentes químicos, ressaltando a possibilidade de os itens da cota reservada, no caso de não haver vencedores, serem destinados à ampla concorrência, a fim de que o lote não seja dado como deserto, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Distrital n.º 4.611/2011 c/c o art. 8º, § 4º, do Decreto Distrital n.º 35.592/2014 e em harmonia com o entendimento desta Corte de Contas;
- IV. autorize:
 - a) a PMDF a dar continuidade ao Pregão Eletrônico por SRP n.º 16/2022;
 - b) o envio de cópia deste Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à PMDF e ao Pregoeiro responsável pelo certame;
 - c) o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2022

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator